

PAZ EM PEDAÇOS: A POLÍTICA E AS ARMADILHAS DA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO SUDÃO DO SUL

Ibrahim Bangura¹



Introdução

Desde que conquistou a independência em 2011, o Sudão do Sul permanece um dos Estados mais frágeis do mundo e tem sido assolado por ciclos de violência. A euforia da independência foi de curta duração, pois rapidamente vieram à tona disputas internas entre os grupos étnicos locais. Como afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, em um discurso: “Todas as nuvens escuras de uma tempestade perfeita se abateram sobre o povo do país mais novo do mundo e um dos mais pobres” (PNUD 2025, 1)².

A rivalidade entre o presidente Salva Kiir Mayardit e seu vice, Dr. Riek Machar, tem mergulhado persistentemente o país em guerra civil e numa crise humanitária desde 2013 (de Waal 2014; Craze 2019). A violência política tem sido alimentada por rivalidades étnicas, especialmente entre os Dinkas, grupo ao qual Kiir pertence, e os Nuer, grupo ao qual Machar pertence. Tanto os esforços nacionais quanto os internacionais para estabelecer a paz falharam até agora em pôr fim ao conflito.

Os fracassos tanto do Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS) em 2015 quanto do ARCSS Revitalizado (R-ARCSS) em 2018 apontam para as fragilidades dos processos de paz conduzidos por elites e

¹ Departamento de Estudos de Paz e Conflito, Universidade de Serra Leoa. Freetown, Serra Leoa. E-mail: bangural@yahoo.co.uk. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9070-5391>.

² Tradução nossa. No original: “*All the dark clouds of a perfect storm have descended upon the people of the world’s newest country, and one of the poorest*” (PNUD 2025, 1).

facilitados por atores externos (Vertin 2018). Essa situação foi ainda mais agravada pelo assassinato do General Majur Dak durante uma evacuação das Nações Unidas no condado de Nasir em março de 2025 e pela detenção de Machar (Radio Tamazuj 2025). Os confrontos renovados entre as forças governamentais e as milícias alinhadas à oposição, particularmente no Alto Nilo, geraram sérias preocupações quanto aos ataques contra civis e à obstrução do acesso humanitário (Sudans Post 2025). Em outubro de 2025, mais de nove milhões de pessoas, ou mais de dois terços da população, necessitavam de assistência humanitária devido à grave insegurança alimentar, ao deslocamento em massa e aos impactos climáticos, que agravaram a crise (Agaba et al. 2025). Além disso, com base em entrevistas realizadas, o governo de transição permanece paralisado pela desconfiança, pelo atraso nas eleições e pela ausência de mecanismos eficazes de responsabilização. Essas condições levantam questões urgentes sobre a viabilidade do processo de paz e o futuro do Estado do Sudão do Sul.

As principais questões que este estudo busca responder são: (i) Por que os acordos de paz assinados no Sudão do Sul fracassaram até agora?; (ii) Quais são os fatores sociopolíticos e econômicos subjacentes que contribuem para esses fracassos?; (iii) Quais papéis os atores regionais e internacionais desempenharam para facilitar ou dificultar a conquista de uma paz sustentável? Como iniciativas locais podem ser utilizadas para complementar os esforços de paz?

Este artigo questiona a política e os desafios da pacificação no Sudão do Sul, examinando por que a paz tem sido difícil de alcançar, apesar dos compromissos assumidos no âmbito do R-ARCSS. Argumenta-se que o processo de paz no Sudão do Sul tem sido centrado nas elites e transacional, em vez de abordar as causas profundas do conflito. Portanto, o conflito é geralmente adiado em vez de ser resolvido (Kiranda et al. 2016), um fenômeno que este artigo denomina síndrome da “porta giratória”. Essa síndrome refere-se à recaída contínua na violência devido às causas profundas não resolvidas de um conflito. Além disso, a violência é frequentemente reconfigurada e não resolvida, sendo gradualmente institucionalizada e normalizada ao longo dos anos (Kiranda et al. 2016).

Mais de três décadas de conflito, combinadas com a militarização da vida política e a ausência de um sistema e estrutura estatal funcional, criaram desafios imediatos que impediram o país de permanecer unido e pacífico (Johnson 2012). Como resultado, a abordagem para a independência e a construção da paz tornou-se militarizada, baseando-se em negociações e disputas de poder entre as elites, frequentemente com o apoio de atores

internacionais. A negociação entre elites concentra-se principalmente nos interesses e aspirações das elites políticas, com compromissos assumidos para pôr fim à violência. Esses acordos tendem a marginalizar a sociedade em geral e negligenciam a necessidade de estabelecer as bases institucionais de um Estado legítimo.

Este artigo adota uma abordagem crítica de economia política para fornecer reflexões mais profundas sobre a construção e consolidação da paz no Sudão do Sul. Utilizando essa abordagem, o artigo argumenta que os acordos de paz não são instrumentos neutros de pacificação, mas geralmente são instrumentos moldados pelos interesses e resultados pretendidos pelas elites políticas. Assim, o artigo desafia os paradigmas de paz centrados no Estado e nas elites. Argumenta que os esforços de resolução de conflitos devem buscar compreender os entrelaçamentos entre paz e poder, ser centrados nas pessoas e confrontar as questões críticas de transformação política, justiça e legitimidade.

Metodologicamente, este artigo adota uma abordagem interpretativa e exploratória, fundamentada na necessidade de analisar as políticas e os desafios da construção da paz no Sudão do Sul. Entre outubro de 2024 e setembro de 2025, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 53 participantes (34 homens e 21 mulheres), a maioria dos quais reside atualmente no Sudão do Sul e trabalha para o governo, a sociedade civil, instituições acadêmicas e organizações internacionais. Além disso, para triangular os resultados, o estudo analisou uma ampla gama de fontes secundárias, incluindo políticas governamentais, acordos de paz, literatura acadêmica, relatórios de organizações internacionais e da sociedade civil, e resoluções das Nações Unidas (ONU), da União Africana (UA) e da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). As entrevistas foram realizadas virtualmente, com algumas conduzidas na capital pelo autor durante visitas de campo ao país em 2024 e 2025.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a seção dois apresenta as raízes históricas e estruturais do conflito no Sudão do Sul; a seção três examina os principais acordos de paz e suas limitações; a seção quatro analisa as políticas de inclusão e exclusão nos processos de paz; a seção cinco avalia o papel dos atores regionais e internacionais; a seção seis examina os esforços de construção da paz de baixo para cima no Sudão do Sul; e a seção sete avalia os fatores que comprometem a estabilidade a longo prazo, a responsabilização e a construção do Estado no Sudão do Sul. A conclusão propõe uma mudança para uma abordagem mais orgânica, inclusiva, contextualizada e sensível à resolução de conflitos e à construção da paz no Sudão do Sul.

O Contexto do Conflito: Raízes Históricas e Estruturais

Escrever sobre a intratabilidade do conflito no Sudão do Sul requer uma reflexão histórica mais profunda sobre os efeitos do colonialismo no país e os desafios estruturais que a formação do Estado e a legitimidade continuam a enfrentar. Assim, esta seção argumenta que décadas de privações por parte do Norte, guerras civis, fragmentação étnica e manipulação por elites políticas contribuíram para minar a capacidade do Sudão do Sul de ter uma frente unida após a independência.

A história conturbada do Sudão do Sul remonta ao colonialismo e seus legados. O Condomínio Anglo-Egípcio (1899-1956) administrou o país utilizando o que ficou conhecido como “Política do Sul”, um sistema indireto de administração por meio de autoridades tribais (Collins 2008). Essa política limitava o contato com o Norte, região à qual os britânicos dedicavam grande atenção, desenvolvendo sistemas e elites que eventualmente assumiram o poder após a independência, conquistada em 1956. Com a independência, as elites árabes islâmicas do Norte dominaram o Estado, o que acabou por alimentar a rebelião dos sulistas. Consequentemente, o país vivenciou duas longas guerras civis (1955-1972 e 1983-2005), lideradas pelo Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A). Por fim, um Acordo Abrangente de Paz (CPA) foi assinado com o Norte em 2005, abrindo caminho para a independência do Sudão do Sul em 2011. No entanto, logo se percebeu que o Sul estava assolado por rivalidades étnico-políticas que afetaram uma transição suave, com a consequente estagnação da construção da nação. Como argumentou um alto funcionário do governo do país:

O caminho do Sudão do Sul rumo ao caos foi traçado décadas antes da independência. Era evidente, mesmo com a forma como alguns grupos armados mudavam suas estratégias e desafiavam o SPLM/A, que havia problemas à frente. O colonialismo deixou o Sul privado e marginalizado. A política era militarizada, e a formação do que eventualmente se tornou um Estado foi alcançada por meio de um movimento de libertação que se tornou o governo. Não houve tempo para refletir cuidadosamente e preparar o país para a independência e para as realidades que um novo Estado enfrentaria³⁴.

A maioria dos entrevistados observou que a morte de John Garang, amplamente reconhecido como líder da luta de libertação, em um acidente de helicóptero em 2005, aprofundou a disputa pelo poder no Sudão do Sul. Como observou um veterano do SPLM/A:

John Garang era um homem muito carismático e culto. Embora alguns de seus generais o desafiassem ocasionalmente, ele foi aceito como líder da luta de libertação. Ele também foi capaz de unir pessoas dos respectivos grupos étnicos. No entanto, Salva Kiir (um Dinka) e seu vice-presidente, Dr. Riak Machar (um Nuer), estão envolvidos em uma rivalidade que aprofundou a desconfiança entre eles, mergulhando o país em uma espiral de violência⁵⁶.

A falha em focar nos desafios internos enfrentados por uma sociedade presa em décadas de violência pode ter sido uma subestimação do potencial que esses desafios poderiam ter para minar as expectativas de libertação e independência. Como a maioria dos entrevistados observou, o Sudão do Sul alcançou a independência como um país traumatizado e ferido, e havia

3 Entrevista de um alto funcionário do governo conduzida virtualmente pelo autor em 3 de abril de 2025.

4 Tradução nossa. No original: “South Sudan’s path to chaos was shaped decades before independence. It was apparent, even with the way some armed groups were changing their forms and challenging the SPLM/A, that trouble was ahead. Colonialism left the South deprived and marginalised. Politics was militarised, and the formation of what eventually became a state was achieved through a liberation movement that became the government. There was no time to carefully think through and prepare the country for independence and the realities a new state would face”.

5 Entrevista de um veterano da SPLM/A conduzida virtualmente pelo autor em 23 de maio de 2025.

6 Tradução nossa. No original: “John Garang was a very charismatic and educated man. Although some of his Generals intermittently challenged him, he was accepted as the leader of the liberation struggle. He was also able to bring together people from the respective ethnic groups. However, Salva Kiir (a Dinka) and his vice president, Dr Riak Machar (a Nuer), have been locked in a rivalry that has deepened mistrust between them, plunging the country into a spiral of violence”.

a necessidade de curar esse trauma. Aparentemente, como argumentaram, o Norte foi percebido como o oponente comum, sem uma análise adequada das divisões e rivalidades internas no Sul. Ao ser entrevistado sobre os desafios pós-independência que o Sudão do Sul enfrenta, um médico que trabalha na capital, Juba, disse o seguinte:

Ao analisar o conflito e a violência no Sudão do Sul, acadêmicos e profissionais geralmente tendem a negligenciar o impacto do trauma transgeracional cumulativo que afeta a população do país. O Sudão do Sul é um país onde a violência foi normalizada, com crianças crescendo em uma cultura de guerra e violência. Assim, foi mais fácil a transição de uma guerra civil com o Norte para a violência étnica e as lutas políticas após a independência. Havia pouca capacidade para se concentrar na construção do Estado. O que se esperava dos líderes em termos de construção da paz era algo que eles não conseguiam proporcionar. Não houve tempo para a cura, e o trauma persiste⁷⁸.

Os efeitos do trauma, especialmente o trauma prolongado e agravado, numa sociedade são geralmente pouco estudados ou recebem pouco destaque pelos acadêmicos quando se estudam sociedades em conflito. Ao escrever sobre a Serra Leoa pós-guerra, Bangura (2024) argumentou que há uma tendência de a violência e a brutalidade serem reproduzidas de diferentes formas em países pós-conflito se a construção da paz não estiver fundamentada em esforços de cura e reconciliação.

Ao longo dos anos, consolidou-se uma cultura de violência na qual os jovens foram socializados — um quadro agravado por sua exclusão das oportunidades socioeconômicas. Além disso, a maioria deles participou de grupos armados e ainda mantém vínculos com eles, na medida que a mobilização ao longo de colunas étnicas continua. Somados aos desafios de segurança, à pobreza e à dependência do petróleo e da economia rentista que emergiu, o conflito no país e o desejo das elites de dominar seus rivais foram exacerbados (International Crisis Group 2021b).

7 Entrevista de um médico que atua em Juba conduzida virtualmente pelo autor em 15 de abril de 2025.

8 Tradução nossa. No original: “When analysing the conflict and violence in South Sudan, academics and practitioners usually tend to neglect the impact of the compounded transgenerational trauma that affects people in the country. South Sudan is a country where violence was normalised, with children growing up in a culture of war and violence. Thus, it was easier to transition from a civil war with the North to ethnic violence and political struggles after independence. There was limited capacity to focus on statebuilding. What was expected of the leaders in terms of peacebuilding was something they could not provide. There was no time to heal, and the trauma persists”.

Os esforços para apaziguar a tensão entre o presidente e Machar levaram à assinatura de um acordo de paz, o ARCSS, em 2015, abrindo caminho para que Machar se tornasse vice-presidente do país, com membros de sua facção, o Movimento Popular de Libertação do Sudão na Oposição (SPLM-IO), recebendo diversos cargos no governo. Apesar desse acordo, houve tensões intermitentes devido à limitada confiança entre os dois grupos. Em 2016, Machar teve que fugir de Juba quando tropas do governo o atacaram após ser acusado de conspirar um golpe contra o presidente (Deutsche Welle 2016). A violência durou quase dois anos, e outro acordo, o R-ARCSS, assinado em 2018, permitiu que ele retornasse a Juba e fosse reintegrado como vice-presidente do país. No entanto, a falha do governo em planejar e realizar eleições conforme acordado no R-ARCSS aprofundou a desconfiança no país. Segundo a maioria dos entrevistados, os Dinkas dentro do governo estão consolidando o poder e, ao mesmo tempo, isolando outros grupos étnicos. Esses acontecimentos, em um contexto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) incompleto dos ex-combatentes, criam um ambiente propício para o prolongamento do conflito no país.

À medida que as disputas sobre o adiamento das eleições se intensificavam, os esforços internacionais não conseguiram pôr fim às hostilidades nem induzir o diálogo entre os dois principais líderes, Machar e Kiir. Desde março de 2025, ocorreram duas sessões do Conselho de Paz e Segurança da UA sobre o Sudão do Sul, visitas a Juba pela Comissão da UA e seu Painel dos Sábios, reuniões do Conselho de Ministros da IGAD, uma sessão do Conselho de Segurança da ONU sobre o Sudão do Sul, declarações do Secretário-Geral da ONU, bem como outras visitas de alto nível, incluindo à África do Sul e ao Quênia. Em vez disso, o R-ARCSS praticamente entrou em colapso, com muitos líderes do SPLM-IO, incluindo Riek Machar, detidos e o Sudão do Sul novamente à beira de uma guerra em grande escala. Em uma reportagem da Reuters por Denis Logonyi:

O governo colocou Machar em prisão domiciliar em março... Machar negou as acusações. Sua detenção reacendeu os temores de um retorno à guerra civil em grande escala, com seus apoiadores acusando o governo de violar um acordo de paz e partilha de poder de 2018. Analistas afirmam que as repetidas mudanças promovidas por Kiir no governo e no aparato de segurança visam consolidar seu poder e manter satisfeitas as diversas facções (Logonyi 2025, s.p.)⁹.

Poucas semanas após a detenção de Machar, o presidente Kiir reintegrou o veterano general Paul Nang Majok como chefe das Forças de Defesa, depois de tê-lo demitido inicialmente em julho de 2025. As intenções do presidente permanecem incertas. Os entrevistados indicaram que houve um recente aumento da presença militar, visto que o conflito com os Nuers deve se intensificar, deixando em aberto a questão do que o futuro reserva para o Sudão do Sul. Os esforços regionais para garantir a libertação de Machar não tiveram sucesso até o momento. Um trabalhador humanitário em Juba pareceu chocado com a detenção de Machar:

Com a experiência de 2016, achei difícil acreditar que o presidente tentaria outra prisão e detenção de Riek Machar. O governo deveria ter considerado as implicações políticas e de segurança, mas acreditou que os Nuers poderiam ser contidos rapidamente¹⁰¹¹.

Acordos de Paz e Soluções Políticas: Uma Estrutura Frágil

A maioria dos entrevistados argumentou que há uma série de razões para o fracasso dos acordos de paz no Sudão do Sul, e que essas razões são estruturais, com implementação limitada dos compromissos acordados (Gai

9 Tradução nossa. No original: “The government placed Machar under house arrest in March ... Machar has denied the allegations. His detention reignited fears of a return to full-blown civil war, with his supporters accusing the government of violating a 2018 peace and power-sharing agreement. Analysts say that Kiir’s repeated shake-ups of the government and security apparatus are aimed at consolidating his hold on power and keeping various factions satisfied” (Logonyi 2025, s.p.).

10 Entrevista de um trabalhador humanitário conduzida virtualmente pelo autor em 23 de abril de 2025.

11 Tradução nossa. No original: “With the experience of 2016, I found it hard to believe that the president would attempt another arrest and detention of Riek Machar. The government should have considered the security and political implications, but it believed the Nuers could be quickly contained”.

2025). Mecanismos como a Comissão para a Verdade, Reconciliação e Cura, e a Autoridade de Compensação e Reparação, embora previstos em lei, permanecem paralisados ou com recursos insuficientes, refletindo déficits de governança mais profundos e resistência à responsabilização (Akech 2020).

Um total de quarenta e três entrevistados indicaram que existe uma sinceridade limitada por parte das partes em conflito. Além disso, os entrevistados argumentaram que os acordos são elaborados para acomodar as elites, em vez de se concentrarem em soluções duradouras na busca pela paz. Uma professora da Grande Área Administrativa de Pibor (GPAA) expressou sua frustração:

Acordos são assinados para interromper temporariamente a violência e satisfazer o ego das elites. Todos sabemos que as guerras travadas são motivadas pela necessidade dos senhores da guerra de se posicionarem e garantirem o acesso ao poder ou de o consolidarem ainda mais. Os Dinkas e os Nuers não se sentaram para um diálogo sincero sobre a necessidade de dar ao país uma oportunidade genuína de emergir como uma nação unida sob uma única bandeira. Enquanto esse diálogo não acontecer, com as elites percebendo que a nação é maior do que egos e aspirações, a violência continuará a pairar¹²¹³.

Este artigo examina três acordos fundamentais assinados nos últimos 20 anos: o Acordo Abrangente de Paz (CPA) de 2005, o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS) de 2015 e sua versão revitalizada (R-ARCSS) de 2018.

Após diversas tentativas de paz, um Acordo Abrangente de Paz (CPA) foi assinado em 2005. A maioria dos entrevistados neste estudo indicou que o Acordo era baseado na elite e que atores internacionais também buscavam a libertação do Sul do Norte. Argumentaram que o Acordo não preparou adequadamente o Sul para a independência. Com isso, queriam dizer que a dinâmica interna do Sul não foi devidamente considerada por aqueles que negociavam a paz e a independência. A capacidade e a prontidão dos sulistas para transitar da política militarizada para a governança nacional e local

¹² Entrevista de um professor da GPAA conduzida virtualmente pelo autor em 30 de setembro de 2025.

¹³ Tradução nossa. No original: “Agreements are signed to temporarily halt violence and satisfy the elites’ egos. We all know that the wars fought are driven by the need of warlords to position themselves and either secure access to power or further grip it. The Dinkas and the Nuers have not sat down to have a sincere dialogue on the need to give the country a genuine opportunity to emerge as a nation, united under one flag. Until that dialogue is held, with the elites realising that the nation is bigger than the egos and aspirations, violence will continue looming”.

não foram devidamente examinadas, como argumentaram os entrevistados. Assim, interesses políticos e econômicos, especialmente em relação às receitas do petróleo, levaram ao faccionalismo imediato e à competição por um lugar no executivo, enfraquecendo o jovem Estado e minando sua formação efetiva (de Waal 2014). O cenário estava, portanto, preparado para conflitos internos e violência política.

Após décadas de uma violenta guerra civil entre o Norte e o Sul, o CPA, assinado em 2005, buscou abordar as queixas históricas do Sul. Assim, foram desenvolvidas fórmulas para facilitar a partilha de riqueza e poder, e um referendo foi organizado, abrindo caminho para a independência do Sudão do Sul (Young 2012). Embora o Acordo tenha conseguido pôr fim ao conflito entre o Norte e o Sul, os entrevistados argumentaram que os negociadores se concentraram principalmente em acabar com a violência, mas não procuraram compreender a dinâmica de poder e recursos entre os sulistas. Alguns entrevistados chegaram a indicar que, durante décadas, o Norte explorou as vulnerabilidades do Sul e as relações conflituosas que surgiam entre facções étnicas e beligerantes, para consolidar seu domínio sobre a região e marginalizá-la ainda mais. Portanto, para eles, o CPA foi uma barganha entre elites rivais, deixando de lado os desejos e aspirações, bem como a necessidade de inclusão democrática, cura nacional e reconciliação. Consequentemente, a formação do Estado foi frágil e o Sul não recebeu a orientação adequada para a independência por parte dos atores internacionais que intermediaram a paz.

O estatuto contestado da Área Administrativa Especial de Abyei entre o Sudão e o Sudão do Sul exemplifica essas tensões não resolvidas, uma vez que, apesar de sua importância estratégica e peso simbólico, seu status final permanece indefinido (Kumar et al. 2020). Como destaca Johnson (2012), a falha do CPA em abordar as complexidades das comunidades fronteiriças e as reivindicações baseadas em identidade deixa Abyei em um limbo jurídico e político. Essa omissão é ainda agravada pela crise em curso no Sudão e seu efeito cascata em regiões fronteiriças como Abyei, que exacerbaram a insegurança, interromperam o acesso humanitário e paralisaram os esforços diplomáticos para resolver as disputas territoriais.

A ascensão do SPLM/A como governo de um Sudão do Sul independente apresentou seus próprios desafios, uma vez que senhores da guerra de outras facções questionavam a dominância do SPLM/A e a necessidade de uma abordagem de governança mais ampla e inclusiva. A governança tornou-se predominantemente militarizada, com Kiir buscando satisfazer o SPLM/A e os Dinkas em detrimento de outros grupos. Isso gerou dis-

sensação, levando o presidente Kiir a indicar, em 2013, que seu vice, Machar, estava tramando um golpe contra ele. A violência que irrompeu resultou na morte de aproximadamente 400.000 pessoas e em mais de 4 milhões de deslocados (Center for Preventive Action 2025). Ambos os atores regionais e internacionais, especialmente a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), estão envolvidos. A IGAD tornou-se fundamental na negociação dos cessar-fogos e do ARCSS em agosto de 2015.

Ao contrário do CPA de 2005, o ARCSS incluiu componentes que abordavam a necessidade de mecanismos de justiça de transição, incluindo o estabelecimento de um Tribunal Híbrido para julgar os autores de crimes de guerra e crimes contra a humanidade (IGAD 2015). Além disso, preconizava um governo de transição de unidade nacional, a descentralização do poder, a Reforma do Setor de Segurança (RSS) e o DDR. Embora a partilha de poder tenha inicialmente parecido funcionar, surgiu um déficit de confiança entre os dois líderes, com consequências negativas. Em julho de 2016, houve uma recaída na violência quando as duas forças entraram em confronto em Juba, com Machar sendo forçado a fugir da cidade (International Crisis Group 2021a).

Tal como em esforços anteriores, após várias tentativas de negociar um acordo de cessar-fogo, os atores regionais e internacionais conseguiram chegar a um acordo de paz. O R-ARCSS foi assinado em setembro de 2018, desta vez com componentes mais abrangentes, incluindo um processo de reforma constitucional, a realização de eleições envolvendo todos os grupos armados e de oposição identificados e compromissos reforçados com o processo de justiça de transição. Uma adição vital foi a necessidade de integrar os grupos armados no exército nacional (R-ARCSS 2018). O Acordo trouxe esperança renovada, uma vez que atores nacionais, incluindo líderes religiosos, manifestaram-se veementemente a favor da assinatura e do respeito das facções beligerantes. Contudo, pouco depois da assinatura do Acordo, surgiram fatores estruturais e outros que afetavam a sua implementação. Houve atrasos na implementação do Acordo e no cumprimento de compromissos-chave, incluindo a formação do governo de unidade nacional, que só foi concretizada em 2020. Além disso, os processos de RSS e do Tribunal Híbrido nunca avançaram, e o DDR estagnou após tentativas iniciais.

Com numerosos grupos armados e milícias, como a Frente de Salvação Nacional (NAS) e a Frente/Exército Unido do Sudão do Sul (SSUF/A), formados por agendas étnicas restritas ou oportunistas, alguns dos quais atuam em combate, manter um exército unificado tornou-se difícil. A maioria permanece leal aos seus comandantes ou grupos étnicos e não tem certeza

das intenções do governo (International Crisis Group 2021a). Apesar disso, o Governo de Transição de Unidade Nacional Revitalizado (RTGoNU) foi posteriormente estabelecido, com pastas nos vários níveis de governo atribuídas aos signatários do Acordo. No entanto, a maioria dos entrevistados concordou que a confiança pública na capacidade dos acordos de paz de serem bem-sucedidos permaneceu baixa. Como argumentou um especialista em paz entrevistado:

Os acordos de paz são produtos da vontade e dos interesses políticos. Só podem ter sucesso se as elites estiverem dispostas a vê-los prosperar. Se essa vontade não existir, é apenas uma questão de tempo até que haja um colapso. Leva tempo para construir confiança, e isso não tem recebido muita atenção no Sudão do Sul¹⁴.

Em 2024, o governo e os parceiros internacionais concordaram que era necessário incorporar os grupos armados que não faziam parte do Acordo de 2018. O Quênia sediou o que ficou conhecido como Iniciativa Tumaini, em resposta à necessidade de uma abordagem inclusiva para a paz e a estabilidade no Sudão do Sul (United Nations Mission in South Sudan 2024). No entanto, o processo permanece inconclusivo.

Ao longo dos anos, tornou-se evidente que a ausência de consequências para as violações dos acordos levou a uma adesão limitada por parte das elites em todos os lados do conflito. Além disso, atores internacionais, como Uganda, tomaram abertamente o partido do governo e enviaram tropas para o país a pedido do presidente (Assessment Capacities Project 2025). A maioria dos entrevistados afirmou que as elites que deveriam fazer cumprir os acordos são as que mais desejam violá-los. Enfatizaram que a realização de eleições democráticas, ou mesmo a existência de instituições estatais capazes de responsabilizar as elites por seus atos, é contrária ao que algumas elites desejam. Assim, torna-se difícil para qualquer acordo ter sucesso, e a paz geralmente é temporária, pois não se baseia na responsabilização, na apropriação local e na legitimidade.

14 Entrevista de um especialista em paz conduzida pelo autor em 11 de setembro de 2025.

15 Tradução nossa. No original: “Peace agreements are products of political will and interests. They can only succeed if the elites are willing to see them succeed. If that will is not available, it is just a matter of time before there is a collapse. It takes a while to build trust, and this has not been given much attention in South Sudan”.

A Política da Inclusão e da Exclusão

A maioria dos entrevistados no estudo afirmou que existe uma política excludente no Sudão do Sul, que aprofundou a divisão do país ao longo dos anos. Eles apontaram três fatores comuns que sustentam a exclusão: controle político, domínio econômico e marginalização étnica.

Ao falar sobre controle político, um acadêmico de Juba disse o seguinte:

As elites Dinka que emergiram no Sudão do Sul pós-independência acreditam que o Estado lhes pertence e que é sua propriedade privada. Não conseguem conviver com a ideia de que outros grupos étnicos desejam compartilhar o poder. Almejam o controle total do Estado e, para eles, isso também significa controle sobre suas instituições. Esse nível de domínio que desejam manter pode estar fundamentado em sua experiência com o Norte¹⁶¹⁷.

Os Dinkas, que dominam o SLPM/A, acreditam que libertaram o país e devem continuar no poder. Com base em entrevistas, acredita-se que Kiir compartilhe dessa visão e tenha posicionado estrategicamente seu povo, enquanto seu relacionamento com Machar permanece frio ao longo dos anos. Isso pode ser observado na frequência das tensões entre eles, que culminam em violência.

É importante notar que, durante a luta de libertação, os Nuer e os Dinka entraram em conflito em diversas ocasiões, com Machar alternando entre os lados opostos e o Norte, um ato que minou a confiança que os Dinka depositavam nele. Conforme relatado pela BBC:

¹⁶ Entrevista de um acadêmico em Juba conduzida virtualmente pelo autor em 11 de setembro de 2025.

¹⁷ Tradução nossa. No original: “*The Dinka elites who emerged in post-independence South Sudan believe that they own the state, and it is their private property. They cannot live with the thought that other ethnic groups want them to share power. They want total control of the state, and to them, that also means control over its institutions. This level of dominance they want to maintain could be based on their experience with the North*”.

O Sr. Kiir o rotulou de “profeta da desgraça”, dando continuidade às suas ações do passado – uma aparente referência ao fato de ele ter desafiado a autoridade do Sr. Garang, líder fundador do SPLM, no início da década de 1990. Esse desafio resultou na formação de um grupo rebelde dissidente por parte do Sr. Machar, que acabou assinando seu próprio acordo de paz com o governo de Omar al-Bashir, no Sudão, em 1997, antes de se tornar assistente do presidente. Mesmo depois de ter partido para relançar uma rebelião, o SPLM de Garang continuou profundamente desconfiado dele, acusando-o de receber apoio secreto do governo de Cartum – acusação que ele negou (BBC 2018, s.p.)¹⁸.

Alguns entrevistados descreveram Machar como alguém ávido por tomar o poder e pouco genuíno em sua abordagem ao processo de paz do país. Seja como for, a influência dos dois líderes sobre seus respectivos grupos étnicos culminou em uma profunda divisão que fomenta políticas de exclusão, com os Dinkas dominando atualmente o cenário político.

Intimamente ligada ao controle político está a dominância econômica, especialmente considerando os recursos gerados pelas vastas reservas de petróleo do país. A luta pela independência baseou-se na marginalização política e econômica do Sul pelo Norte, e a independência deu às elites do Sul acesso a recursos que antes não possuíam. Além disso, a falta de instituições para regular a economia e aumentar a responsabilização e a transparência levou a uma corrida das elites para controlar a riqueza do país. Outros grupos étnicos também começaram a competir pelos recursos do Estado, o que gerou conflitos.

Alguns entrevistados afirmaram que a necessidade de controle econômico e político por parte das elites no poder tem dificultado a realização de revisões constitucionais e eleições pelo governo. Os atrasos frustram outros grupos étnicos e políticos, que justificam a violência como o único meio de expressar suas queixas. Por exemplo, as eleições previstas para 2024 foram adiadas para 2026, sob a justificativa de que seria necessário permitir que “o governo do Sudão do Sul cumprisse pré-requisitos cruciais para uma eleição bem-sucedida, incluindo a realização de uma revisão constitucional abrangente, o estabelecimento de leis eleitorais e a conclusão de um censo

¹⁸ Tradução nossa. No original: “Mr Kiir labelled him as a ‘prophet of doom’, continuing his actions of the past - an apparent reference to the fact that he had challenged the authority of Mr Garang, the SPLM’s founding leader, in the early 1990s. That challenge resulted in Mr Machar forming a breakaway rebel group, eventually signing his own peace accord with Sudan’s Omar al-Bashir’s government in 1997, before becoming an assistant to the president. Even after he left to re-launch a rebellion, Mr Garang’s SPLM remained deeply suspicious of him, accusing him of receiving covert support from the Khartoum government - a charge he denied” (BBC, s.p., 2018).

nacional” (Dicken 2025, 1)¹⁹. Embora o governo tenha argumentado que essas medidas eram importantes para preparar o processo de democratização estável, a maioria dos entrevistados afirmou que as elites não estão dispostas a enfrentar as consequências potenciais ou não intencionais de eleições democráticas.

A marginalização étnica tem sido central na política e na violência no Sudão do Sul. Desde a independência, houve um foco primordial na integração dos Nuers no governo. No entanto, não são apenas os Nuers que têm sido propensos à exclusão, mas também outros grupos étnicos, incluindo os Murle, os Equatorianos e os Shilluk. De fato, eles têm sido amplamente excluídos dos processos de tomada de decisão e dos diálogos no país (Schoemer e Aalen 2016). Os Dinkas mantêm a hegemonia étnica, aprofundando a exclusão e as desigualdades no país. Os Nuers possuem milícias étnicas fortes que desafiam persistentemente o Estado, o que os mantém ativamente envolvidos em exercícios de partilha de poder, uma força que os outros grupos não necessariamente possuem. Alguns entrevistados afirmaram que deve haver uma fórmula para a descentralização do poder, com os Estados assumindo a responsabilidade por sua governança e abrindo espaço para a inclusão e a participação de todos os grupos étnicos.

Com as três áreas de exclusão examinadas acima, este ponto é reforçado: a inclusão e a participação na liderança e nos processos de tomada de decisão no Sudão do Sul baseiam-se num acordo entre as elites que também molda os resultados dos acordos de paz. Esta abordagem promove a cooptação, mas não a participação genuína. Reforça também o fato de a mobilização armada e a violência serem o caminho seguro para a relevância política e a inclusão, algo que os acordos de paz deveriam procurar desencorajar, em vez de fomentar (de Waal 2014). Além disso, normaliza a impunidade e dificulta a responsabilização daqueles que cometem crimes de guerra. Daí o insucesso na implementação dos mecanismos de justiça de transição acordados.

A maioria dos entrevistados também observou que, embora algumas mulheres tenham participado dos diálogos que levaram ao Acordo de 2018, a abordagem à liderança e à governança tem sido gerontocrática e patriarcal. Mesmo no caso das mulheres que participaram das negociações, que, segundo alguns entrevistados, foram incluídas de forma simbólica para evitar as críticas ao Acordo de 2015, suas contribuições não foram totalmente registradas ou apresentadas, como afirmado por Bazugba et al. (2018, s.p.):

19 Tradução nossa. No original: “the South Sudanese government to address crucial prerequisites for a successful election, including conducting a comprehensive constitutional review, establishing election laws, and completing a national census” (Dicken 2025, 1).

Até o momento, não se tem dado a devida atenção à significativa contribuição dos grupos e representantes de mulheres sul-sudanesas para o processo de paz. Elas não apenas desempenharam papéis importantes para garantir o avanço do processo e a inclusão de mulheres e outros grupos-chave nas negociações, como também contribuíram significativamente para o conteúdo do acordo de paz, incluindo disposições específicas sobre gênero²⁰.

Décadas de marginalização e infantilização tanto de jovens quanto de mulheres exigirão anos de investimento em mudanças estruturais e educação cívica para serem revertidas, como argumentado na seção abaixo. Apesar disso, a incapacidade de alcançar a paz tem limitado a capacidade do país de abordar questões críticas relacionadas aos direitos, liberdades, bem-estar e dignidade dos sul-sudaneses.

O Papel dos Atores Regionais e Internacionais

Atores internacionais e regionais têm desempenhado papéis de liderança na busca pela paz no Sudão do Sul. No entanto, entrevistas e fontes secundárias observaram que esses papéis têm efeitos tanto facilitadores quanto restritivos. A *Troika*, composta pelos Estados Unidos, Reino Unido e Noruega (US Department of State 2025), a UA e sua Comunidade Econômica Regional (CER), a IGAD e a ONU têm desempenhado um papel fundamental no apoio aos processos de paz no Sudão do Sul. De fato, a ONU mantém uma das missões mais longas e extensas já implantadas no país, a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Além dos três atores mencionados, organizações internacionais e governos regionais, incluindo Uganda, Sudão, Etiópia e Quênia, têm atuado como garantidores morais.

Como indicado acima, o papel de Uganda tem sido conflituoso, pois apoia militarmente o governo e toma partido em combates ativos quando o regime está ameaçado (Al Jazeera 2025). Segundo os entrevistados, Yoweri Museveni se posicionou como um líder regional e possui interesses militares e econômicos na região, como já havia ocorrido em Ruanda e na República Democrática do Congo (RDC). Assim, tendo estabelecido laços estratégicos com o regime no Sudão do Sul, ele prefere mantê-lo no poder, ao mesmo

20 Tradução nossa. No original: “To date, insufficient attention has been paid to the significant contribution of South Sudanese women’s groups and representatives to the peace process. Not only did they play important roles in ensuring that the process moved forward and that women and other key constituencies were included in the talks, but they also made significant contributions to the peace agreement’s content, including gender-specific provisions” (Bazugba et al. 2018, s.p.).

tempo que desempenha um papel de negociador. Dado que Uganda compartilha uma fronteira estratégica com o Sudão do Sul e importa grandes quantidades de bens e serviços de Uganda, a aliança é benéfica para Museveni. Esse paradoxo levanta questões sobre os interesses, a legitimidade e a eficácia do apoio de atores externos na busca pela paz no Sudão do Sul.

A IGAD desempenhou um papel fundamental nas negociações e na assinatura do ARCSS em 2015 e do R-ARCSS em 2018. Com o apoio da UA, a IGAD possui legitimidade para convocar as facções em conflito e negociar a paz. No entanto, os interesses políticos concorrentes dentro da organização comprometem sua capacidade de tomar decisões unilaterais e responsabilizar os atores que violam os acordos. A UA, que deveria apoiar a IGAD em momentos difíceis, carece de recursos humanos e financeiros para intervir e garantir a responsabilização na implementação dos acordos no Sudão do Sul (Levi 2025). As resoluções emitidas são geralmente ignoradas, o que enfraquece a posição da União e deixa os sul-sudaneses com pouca confiança nas ações da UA, como afirmou a maioria dos entrevistados.

A UNMISS tem enfrentado diversos desafios desde a sua implementação no país. Embora a maior parte de sua atuação seja operacional, por exemplo, na proteção de civis, ela tem sido alvo de críticas, especialmente por parte do público, por vários motivos. Por exemplo, a maioria dos entrevistados indicou que esperava que a missão fosse muito mais responsiva no salvamento de vidas em casos de ataques diretos contra civis. Também foi observado, durante visitas de campo ao Sudão do Sul, que os civis esperavam mais do que o mandato da missão permitia. No entanto, além do mandato, o Sudão do Sul é um país vasto e difícil de monitorar completamente. Assim, as limitações logísticas e relacionadas ao terreno restringem a capacidade da ONU de responder rapidamente quando necessário. Além disso, a ONU, assim como os civis, tem sido constantemente atacada tanto pelas forças governamentais quanto por outras facções, com acusações de tomar partido. Isso conseguiu, discretamente, forçar a missão a ser muito mais sensível às realidades no terreno, priorizando a pressão diplomática em vez da militar sobre as partes em conflito (Duursma 2021). A postura da missão deixa um campo aberto para a atuação das facções, consolidando assim a resistência à reforma e às mudanças políticas necessárias.

A China continua sendo um parceiro fundamental do governo e concentra-se na diplomacia econômica. Ao mesmo tempo, os EUA, o Reino Unido e a Noruega continuam a fornecer apoio financeiro e técnico aos esforços de paz no país (International Crisis Group 2021b). No entanto, os fundos de doadores para o país estão diminuindo, especialmente com a interrupção

abrupta do apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Além disso, alguns entrevistados afirmaram que a fadiga dos doadores está se instalando, à medida que o conflito persiste. Isso levou a cortes em projetos de paz e desenvolvimento. O setor privado permanece frágil e a atividade econômica fora de Juba é informal devido à insegurança. Assim, as contribuições do setor privado para as iniciativas de paz permanecem mínimas.

O Sudão, por outro lado, está atualmente envolvido em sua própria crise e menos focado no Sudão do Sul. Conforme observado pelos entrevistados, a multiplicidade de atores internacionais e seus interesses divergentes proporcionam espaço para que as elites os manipulem, com mudanças nas relações. Assim, não tem havido uma abordagem comum entre os atores internacionais no país.

Vale ressaltar também que os atores internacionais pretendiam que a redução da produção de petróleo em 2012 pressionasse por um novo acordo com o Sudão, responsável pelo transporte do petróleo produzido no sul do país. Sem as receitas do petróleo para comprar a lealdade de inúmeros líderes tribais, o sistema clientelista criado por Salva Kiir entrou em colapso e seu governo começou a enfrentar desafios, inclusive de Riek Machar. Além de ser uma causa imediata do conflito de 2013 entre o SPLA e o SPLA-IO, esse fato também ajuda a explicar a interação entre as disputas políticas, econômicas e étnicas no país (Silva 2025; Day et al. 2019).

Paz a Partir de Baixo? Sociedade Civil, Mulheres e Iniciativas Locais

Décadas de violência parecem estar estimulando uma busca orgânica e liderada pelas bases pela paz nas comunidades do Sudão do Sul. Excluídas dos processos formais de paz e dos papéis de liderança, organizações pertencentes e lideradas por mulheres e jovens têm implementado ativamente iniciativas de paz. Como afirmou um ativista jovem:

Chegou a um ponto em que nós, os jovens, precisávamos tomar as rédeas do nosso destino. Formamos a organização Juventude pela Paz em Juba e temos trabalhado com nossos pares para construir uma cultura de paz. Quanto mais envolvermos nossos pares, melhor para o futuro do nosso país. A paz, assim como a violência, é uma mentalidade e pode ser incutida positivamente pela nossa geração, e a hora é agora^{21,22}.

As palavras do entrevistado estão em consonância com o mantra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): “Como as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz” (UNESCO 1966, 1, tradução nossa)²³. A consciência que está se desenvolvendo está ajudando jovens e mulheres a engajarem seus pares na necessidade de resistir à influência para ingressar em grupos armados.

Alguns entrevistados afirmaram que a vulnerabilidade dos jovens e a exposição e socialização com a violência estão levando alguns, nas principais cidades, a formar ou a se tornarem membros de gangues e grupos criminosos. Consequentemente, a conscientização sobre os esforços de construção da paz se concentra na criação de comunidades mais seguras e na educação dos jovens para que adotem estilos de vida positivos. A União Europeia (UE) é uma das principais financiadoras de iniciativas de construção da paz na base da sociedade no Sudão do Sul, capacitando as comunidades para promover as mudanças que desejam ver. Por exemplo, em 2024, o autor avaliou um projeto financiado pela UE intitulado “Apoio à resiliência comunitária e à gestão não violenta de conflitos em áreas afetadas por conflitos e inundações nos estados do Alto Nilo e Jonglei, Sudão do Sul”. Este foi um projeto de três milhões de euros implementado pela *Solidarités International* durante dois anos²⁴. Projetos como este ajudam a fornecer às comunidades as ferramentas

21Entrevista de um ativista jovem conduzida pelo autor em Juba em 24 de março de 2025.

22 Tradução nossa. No original: “It reached a point where we, the young people, needed to take our destiny into our hands. We formed the Youth for Peace organisation in Juba and have been working with our peers to build a culture of peace. The more we engage our peers, the better for the future of our country. Peace, like violence, is a mindset, and can be positively inculcated by our generation, and the time is now”.

23 Tradução nossa. No original: “Since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed” (UNESCO 1966, 1).

24 O autor acompanhou projetos financiados pela UE durante mais de uma década no Sudão do Sul, como parte das missões de Monitoramento Orientado para Resultados (ROM) da União.

necessárias para se automobilizarem e empreenderem esforços de transformação de conflitos e construção da paz.

Os entrevistados afirmaram que os líderes religiosos têm promovido a paz e a reconciliação no país. Em 2015, o Conselho de Igrejas do Sudão do Sul (SSCC) publicou um Plano de Ação para a Paz que, ao longo da última década, serviu como estrutura para o engajamento em nível local, especialmente onde a presença do Estado é limitada (South Sudan Council of Churches 2023). A liderança moral exercida é crucial, sobretudo considerando a influência da religião na vida dos sul-sudaneses. Nesse sentido, a Comissão Justiça e Paz da Igreja Católica utiliza aconselhamento para vítimas de trauma e fóruns públicos para promover o diálogo interétnico.

Embora a sociedade civil ainda esteja em fase inicial e menos desenvolvida, as ONGs locais desempenham um papel ativo no apoio aos esforços de paz e reconciliação nas comunidades. Pesquisadores como Bedigen (2021) escreveram sobre o papel cada vez mais importante que as mulheres locais desempenham na construção da paz no Sudão do Sul. No entanto, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) enfrentam desafios financeiros que limitam sua capacidade de manter ou expandir suas atividades. Elas também estão desconectadas das iniciativas nacionais de paz, limitando assim o potencial que uma abordagem integrada e inclusiva poderia ter proporcionado ao país.

A presença limitada do Estado levou a maioria das pessoas a depender de líderes tradicionais e suas estruturas para a resolução de conflitos. Esses anciãos facilitam o diálogo intercomunitário, mediam a paz e mantêm as comunidades unidas, geralmente guiados por costumes e tradições (Ndonga 2024). Os mecanismos de justiça locais são muito mais acessíveis, conhecidos e confiáveis para os habitantes locais do que o sistema de justiça formal.

A disponibilidade de iniciativas populares para a paz e a reconciliação representa uma oportunidade para o governo e os parceiros de desenvolvimento explorarem uma abordagem mais sustentável para a construção da paz no Sudão do Sul. Assim, os investimentos devem ser direcionados a essas organizações e estruturas em nível local, estabelecendo conexões entre elas e os esforços nacionais. Além disso, as OSCs, os líderes tradicionais e os líderes religiosos devem ser reconhecidos como componentes integrais dos esforços de construção da paz e capacitados para liderar o processo. Suas contribuições ajudarão a moldar o futuro do Sudão do Sul para melhor.

Além dos Acordos de Paz: Estabilidade a Longo Prazo, Responsabilização e Construção do Estado

Embora os acordos de paz tenham conseguido proporcionar alívio a curto prazo por meio de negociações e posicionamentos das elites, o Sudão do Sul, como mencionado anteriormente, tem sofrido continuamente com o retorno à violência. Os períodos pós-acordo de paz são geralmente marcados por tensões, com foco limitado em segurança, estabilidade e construção do Estado. Os entrevistados apresentaram recomendações sobre como promover a reconciliação e a construção do Estado no país.

Um total de 41 entrevistados afirmou que é necessário organizar um diálogo nacional facilitado por atores locais, incluindo líderes religiosos e tradicionais, para discutir o presente e o futuro do país. Alguns entrevistados sugeriram que os facilitadores revisassem todos os acordos de paz anteriores e as razões do seu fracasso, a fim de se prepararem melhor para lidar com as queixas históricas. Um advogado em Juba afirmou:

O que o Sudão do Sul deve evitar daqui para frente são acordos que sejam conduzidos principalmente pelas elites. Precisamos ir além dos acordos de paz e partir para diálogos nacionais que levem em consideração as queixas e frustrações de todo o país. O processo deve ser inclusivo e apropriado, especialmente pelos jovens e mulheres do país, que são os mais afetados pelos conflitos²⁵²⁶.

Em conjunto com o processo de diálogo nacional, a maioria dos entrevistados afirmou que o país precisa de um processo de justiça de transição que promova a cura, a reconciliação e a justiça para as vítimas dos conflitos. Todos os mecanismos recomendados pelos acordos, incluindo o Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul, a Autoridade de Compensação e Reparação (CRA) e a Comissão para a Verdade, Reconciliação e Cura (CTRH), não foram estabelecidos. Isso mina a confiança pública nos acordos de paz e, como argumentado pelos entrevistados, eles não são centrados nas pessoas nem representam a autonomia do povo. Isso se torna ainda mais evidente considerando que os

25 Entrevista de um advogado em Juba conduzida pelo autor em Juba em 13 de março de 2024.

26 Nossa tradução. No original: “What South Sudan should avoid moving forward with are arrangements that are mainly elite-driven. We need to move beyond peace agreements to national dialogues that take into account grievances and frustrations from across the country. The process should be inclusive and owned, especially by the country’s youth and women, who are the most affected by conflicts”.

resultados beneficiam as elites e deixam os cidadãos com pouca esperança, com a impunidade enraizada. Os entrevistados, no entanto, recomendaram que qualquer programa de justiça de transição invista em apoio psicossocial e reparações para as vítimas. Experiências de países como Serra Leoa mostram que as vítimas de guerras civis geralmente recebem apoio limitado para lidar com seus desafios psicossociais, deixando as comunidades traumatizadas e com potencial para recair na violência.

A maioria dos entrevistados afirmou que será difícil para o Sudão do Sul alcançar uma paz sustentável sem uma transição de uma abordagem militarizada de governança para uma baseada na boa governança democrática. Isso exigirá uma transformação estrutural e a reestruturação do Estado para abraçar a diversidade e a inclusão. Fundamental para esse processo deve ser a revisão constitucional e o estabelecimento de uma infraestrutura de paz que adote uma abordagem orgânica para a construção da paz. Uma nova constituição democrática será essencial para a criação de instituições estatais que ajudem a promover a responsabilização e a combater as desigualdades. Até 2025, o processo de elaboração da constituição não havia começado e muitas instituições de transição foram enfraquecidas por interferência política, atrasos e falta de recursos financeiros (Kuol 2025). O processo exige vontade política e interesse para ter sucesso, e isso tem sido um desafio até o momento. Além disso, os comissários foram indicados pelas partes do acordo, reforçando mais um arranjo de elite para uma constituição que deveria apoiar uma transição democrática, ao mesmo tempo que aborda as causas profundas do conflito.

A maioria dos entrevistados argumentou que, para qualquer processo de paz ser bem-sucedido, deve haver melhorias nas condições socioeconômicas do país. A crescente vulnerabilidade decorrente do acesso limitado a oportunidades econômicas é explorada por grupos armados, que dispõem de um exército de jovens disponíveis para recrutamento. Os acordos de paz, por si só, não garantem a paz; eles fornecem um roteiro que pode promovê-la, e os compromissos precisam ser transformados em ações (Kane 2019).

A ausência de dividendos da paz e a contínua ausência do Estado na vida da maioria dos cidadãos levantam dúvidas sobre a relevância dos acordos de paz. O que a maioria dos entrevistados indicou desejar é uma visão compartilhada para a boa governança democrática no Sudão do Sul, centrada na reconciliação, inclusão e participação, justiça e responsabilização. Essas mudanças ajudarão a promover a confiança pública no processo de construção da paz no Sudão do Sul.

Conclusão

Em 2011, o Sudão do Sul conquistou a independência após décadas de guerra civil com o Norte. O Acordo assinado em 2005 pôs fim à guerra e abriu caminho para a independência, mas não ofereceu uma estrutura que levasse em consideração as queixas internas no Sul, além daquelas contra o Norte. A independência inaugurou um governo militarizado, com o SPLM/A liderando um governo de unidade nacional juntamente com os Nuers. No entanto, a falta de uma visão e agenda nacional, e uma abordagem de partilha de poder conduzida pelas elites, minimizaram o foco na construção da nação e na resolução de queixas históricas. O frágil arranjo político, transacional em vez de transformador, desmoronou rapidamente em 2013, por ser insustentável. Os dois acordos assinados em 2015 e 2018 não tiveram sucesso, e a violência assola o país.

A utilização da abordagem da economia política crítica reforçou a conclusão de que os acordos de paz são processos políticos cujo sucesso ou fracasso depende da disposição das partes em cumpri-los. Além disso, o caso do Sudão do Sul permanece complexo, uma vez que os acordos são transacionais e centrados nas elites, e as lições da crise de 2013 não levaram a uma revisão da abordagem utilizada quando o Acordo de 2018 foi desenvolvido. Assim, não houve caminho para a construção inclusiva da nação e para a transformação estrutural. Componentes-chave do Acordo de 2018, incluindo aqueles relacionados à justiça de transição e ao processo de revisão constitucional, permanecem sem implementação. Ademais, a luta pela dominância política e econômica levou à exclusão de grupos étnicos minoritários dos mecanismos de governança.

Os atores internacionais precisam usar abordagens locais, adaptadas ao contexto e desenvolvidas internamente para promover a construção da paz sustentável no país. É necessário mudar de uma abordagem reativa e centrada no Estado para um investimento de longo prazo em infraestruturas para a paz. A inclusão de grupos vitais, como a sociedade civil, líderes religiosos e tradicionais contribuirá significativamente para fortalecer a apropriação local e a legitimidade do processo.

O artigo conclui que é necessário um diálogo nacional para ampliar a participação e reestruturar o espaço político, promovendo uma cultura de paz e governança inclusiva. Sem essa abordagem, a paz permanecerá inatingível e a promessa de independência não cumprida.

REFERÊNCIAS

- Agaba, H., C. B. Umeh, C. Elekwachi, e C. Akinsola. 2025. "The United Nations' Role in Managing the Conflict in South Sudan, 2013-2022: A Focus on Protection of Civilians (POC) and Humanitarian Assistance." *Journal of Political Science and International Relations* 8(2): 45-60. <https://doi.org/10.11648/j.jpsir.20250802.13>.
- Akech, J.G. 2020. "Rethinking Transitional Justice in South Sudan: Critical Perspectives on Justice and Reconciliation." *International Journal of Transitional Justice* 14(3): 586-592. <https://doi.org/10.1093/ijtj/ijaa015>.
- Al Jazeera. 2025. "Uganda deploys troops in South Sudan as civil war fears grow." *Al Jazeera*, 11 de março. <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/11/uganda-deploys-troops-in-south-sudan-as-civil-war-fears-grow>.
- Assessment Capacities Project. 2025. South Sudan: Potential for Escalation of Conflict. ACAPS Thematic Report, 11 de junho. https://www.acaps.org/fileadmin/Data_Product/Main_media/20250611_ACAPS_Sudan_-_potential_for_escalation_of_conflict.pdf.
- Bangura, I. 2024. "Connecting the dots – poverty, marginality, and the production of aggression and violence in post-war Sierra Leone." *Conflict, Security & Development* 24(3): 227-249. <https://doi.org/10.1080/14678802.2024.2349066>.
- Bazugba, A.M., J. Poutanen, P. E. Riak, e A. Möller-Loswick. 2018. "Women's Experiences in the South Sudan Peace Process 2013-2018." Nairobi: National Transformational Leadership Institute (NTLI), Crisis Management Initiative (CMI) and Folke Bernadotte Academy (FBA).
- BBC. 2018. "Riek Machar: South Sudan warlord turned peacemaker?" *BBC*, 21 de junho. <https://www.bbc.com/news/world-africa-25402865>.
- Bedigen, W. 2021. "Honyomiji: the local women's peacebuilding institution in South Sudan." *Peacebuilding* 9(4): 457-476. <https://doi.org/10.1080/21647259.2021.1895613>.
- Collins, R.O. 2008. *A History of Modern Sudan*. Cambridge University Press.
- Craze, J. 2019. "Displaced and Immiserated: The Shilluk of Upper Nile in South Sudan's Civil War, 2014-19." Geneva: Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies.
- Center for Preventive Action. 2025. "Instability in South Sudan." *Global Conflict Tracker*. <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-south-sudan>.
- Day, A., C. Hunt, H. Yin, e L. Kumalo. 2019. "Assessing the Effectiveness of the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)." Oslo: Norwegian Institute of International Affairs. https://www.cccpa-eg.org/pdf_read_download.php?type=read&newFileName=Assessing+the+Ef

- fectiveness+of+the+UN+Mission+in+South+Sudan+%28UNMISS%29&-file=6532_26011213.pdf.
- De Waal, A. 2014. "When Kleptocracy Becomes Insolvent: Brute Causes of the Civil War in South Sudan." *African Affairs* 113(452): 347–369. <https://doi.org/10.1093/afraf/adu028>
- Deutsche Welle. 2016. "South Sudan's Machar turns up in Khartoum." *DW*, 23 de outubro. <https://www.dw.com/en/south-sudans-former-vice-president-turns-up-in-khartoum-one-month-after-fleeing-juba/a-19496414>.
- Dicken, S.F.W. 2025. "South Sudan Postpones Elections To 2026: A Move Toward Inclusivity and Stability." *Wilson Center*, 6 de fevereiro. <https://www.wilsoncenter.org/article/south-sudan-postpones-elections-2026-move-toward-inclusivity-and-stability>.
- Duursma, A. 2021. "Pinioning the Peacekeepers: Sovereignty, Host-State Resistance against Peacekeeping Missions, and Violence against Civilians." *International Studies Review* 23 (3): 670–695. <https://doi.org/10.1093/isr/viaa063>.
- Gai, P.G. 2025. "Revitalised Agreement on the Resolution of Conflict in South Sudan: Reflecting Success, Failure, and Potential Consequences." *IOSR Journal of Humanities and Social Science* 30(2): 18–23. <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.30-Issue2/Ser-3/D3002031729.pdf>.
- International Crisis Group. 2021a. *Toward a Viable Future for South Sudan*. Africa Report n. 300. 10 de fevereiro. <https://www.crisisgroup.org/africa/south-sudan/300-toward-viable-future-south-sudan>.
- International Crisis Group. 2021b. *Oil or Nothing: Dealing with South Sudan's Bleeding Finances*. Africa report n. 305. 6 de outubro. https://www.crisisgroup.org/sites/default/files/305-south-sudan-oil_o.pdf.
- IGAD. 2015. *Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan*. Addis Ababa: Intergovernmental Authority on Development. https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/final_proposed_compromise_agreement_for_south_sudan_conflict.pdf.
- Johnson, D.H. 2012. "South Sudan: A New History for a New Nation: The Search for South Sudan's Usable Past." Palestra principal proferida na 9th Conferência Internacional de Estudos sobre o Sudão do Sul e o Sudão, Bonn, 23-25 de julho de 2012. <https://riftvalley.net/wp-content/uploads/2018/06/RVI-A-New-History-for-a-New-Nation.pdf>
- Kane, S. 2019. *Peace Agreement Provisions and the Durability of Peace*. Zurich: Centre for Security Studies (CSS), Swiss Federal Institute of Technology and ETH Zurich.
- Kiranda, Y., Mathias Kamp, M. B. Mugisha, e Donnas Ojok. 2016. "Conflict and State Formation in South Sudan: The Logic of Oil Revenues in Influencing

- the Dynamics of Elite Bargains.” *Journal on Perspectives of African Democracy and Development* 1 (1): 30–40.
- Kumar, S., P. Santos, e P. Khannawalia. 2020. “Geocultural Understanding in Abyei: Contested Territories, Proselytisation and Evangelists.” *The African Journal of International Affairs* 26 (1-2): 45–60. https://journals.co.za/doi/10.10520/ejc-ijas_v26_n1_2_a3.
- Kuol, L.B.D. 2025. “South Sudan: The bumpy road to democratic transition.” *International Relations and Diplomacy* 13(5): 275–307. <https://doi.org/10.17265/2328-2134/2025.05.005>
- Levi, B. 2025. “Intergovernmental Authority on Development (IGAD) Interventions and the Attainment of Peace in the East African Region: A Case Study of IGAD in the South Sudan Peace Efforts.” *International Journal of Geopolitics and Governance* 4(1): 227-241. <https://doi.org/10.37284/ijgg.4.1.3455>.
- Logonyi, D. 2025. “South Sudan president fires military chief after three months, reinstates predecessor.” *Reuters*, 9 de outubro. <https://www.reuters.com/business/media-telecom/south-sudan-president-fires-military-chief-after-three-months-reinstates-2025-10-09/>.
- Ndonga, A. 2024. “Some Level of Peace’: Addressing intercommunal violence through customary justice in South Sudan.” New York: International Center for Transitional Justice (ICTJ).
- PNUD. 2025. “South Sudan at a crossroads: Resilience amidst Crisis.” *PNUD*, 7 de maio. <https://www.undp.org/stories/south-sudan-crossroads>.
- Radio Tamazuj. 2025. “SSPDF commander, UN crew killed in Nasir.” *Radio Tamazuj*, 7 de março. <https://www.radiotamazuj.org/en/news/article/sspdf-commander-un-crew-killed-in-nasi>.
- R-ARCSS. 2018. *Revitalised Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan*. Addis Ababa: IGAD. <https://docs.pca-cpa.org/2016/02/South-Sudan-Peace-Agreement-September-2018.pdf>.
- Schomerus, M. e L. Aalen. 2016. *Considering the State: Perspectives on South Sudan’s Subdivision and Federalism Debate*. Overseas Development Institute.
- Silva, J. 2025. “Protection of Civilians in South Sudan: the Contribution of Special Operations.” *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 12 (1): 1–32. <https://doi.org/10.26792/rbed.v12i1.75433>.
- South Sudan Council of Churches. 2023. “Action Plan for Peace (APP) Vision 2023.” South Juba: Sudan Council of Churches (SSCC). https://cpn.nd.edu/assets/299324/sscc_action_plan_for_peace_vision_2023.pdf.
- Sudans Post. 2025. “SPLAIO generals killed in clashes with RSF in Renk County village.” *Sudans Post*, 7 de março. <https://www.sudanspost.com/spla-io-generals-killed-in-clashes-with-rsf-in-renk-county-village/>.
- Syamkumar, V. 2024. “Conflict Situation in South Sudan and Related Challenges to Humanitarian and Human Rights.” New Delhi: Indian Council of World

Affairs (ICWA). https://www.researchgate.net/publication/377222572_Conflict_Situation_in_South_Sudan_and_Related_Challenges_in_Humanitarian_and_Human_Rights_Situation.

UNESCO. 1966. The UNESCO Courier: A Window Open on the World, XIX, 7/8, p. 6–7, illus.

United Nations Mission in South Sudan. 2024. “Tumaini peace talks between South Sudan Government and hold-out groups resume in Nairobi.” *United Nations Peacekeeping*, 5 de dezembro. <https://peacekeeping.un.org/en/tumaini-peace-talks-between-south-sudan-government-and-hold-out-groups-resume-nairobi>.

US Department of State. 2025. *Joint Statement from Troika Capitals on South Sudan*. Media note, Office of the Spokesperson. <https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/12/joint-statement-from-troika-capitals-on-south-sudan>.

Vertin, Z. 2018. *A Rope from the Sky: The Making and Unmaking of the World's Newest State*. Hurst.

Young, J. 2012. *The Fate of Sudan: The Origins and Consequences of a Flawed Peace Process*. Zed Books

RESUMO

Este artigo investiga a política e as dificuldades da construção da paz no Sudão do Sul, analisando por que ela permanece inatingível, apesar dos compromissos assumidos no âmbito do R-ARCSS. As principais questões examinadas são: (i) por que os acordos de paz assinados até o momento fracassaram; (ii) quais fatores sociopolíticos e econômicos subjacentes contribuem para esses fracassos; e (iii) quais papéis os atores regionais e internacionais desempenharam na promoção ou no impedimento da concretização de uma paz sustentável. Além disso, questiona-se como as iniciativas locais podem apoiar os esforços de paz. Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem interpretativa e exploratória, voltada à análise da política e dos desafios da construção da paz no Sudão do Sul. Adicionalmente, emprega uma perspectiva crítica de economia política para aprofundar a compreensão da construção e consolidação da paz no país. Ao aplicar essa abordagem, argumenta-se que os acordos de paz não são ferramentas neutras, mas frequentemente moldados pelos interesses e objetivos das elites políticas. Nesse sentido, o artigo desafia os paradigmas de paz centrados no Estado e nas elites. Sustenta-se que, em vez de abordar as causas profundas do conflito, o processo de paz tem sido dominado por elites e impulsionado por transações. Como resultado, os conflitos são mais frequentemente adiados do que resolvidos — fenômeno descrito como a síndrome da “porta giratória”. Argumenta-se ainda que a resolução de conflitos deve buscar compreender a complexa relação entre paz e poder, ser centrada nas pessoas e abordar questões cruciais relacionadas à transformação política, justiça e legitimidade. Conclui-se que um diálogo nacional é essencial para ampliar a participação e remodelar o espaço político, fomentando uma cultura de paz e governança inclusiva. Sem essa abordagem, a paz permanecerá inatingível, e a promessa de independência seguirá não cumprida.

PALAVRAS-CHAVE

Sudão do Sul. Acordos de Paz (R-ARCSS). Economia Política da Paz. Resolução de Conflitos.

Recebido em 24 de dezembro de 2025

Aceito em 24 de janeiro de 2026²⁷

Traduzido por Gabriela Gampe Bonness

²⁷ Como citar: Bangura, Ibrahim. 2026. “Paz em pedaços: a política e as armadilhas da construção da paz no Sudão do Sul.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (20): 60-87. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.152132>.